

# O emprego da Inteligência Militar no Comando Conjunto e suas contribuições para a Intervenção Federal

*Sérgio Luís Pinheiro da Silva\**

## Introdução

O Estado do Rio de Janeiro tem sofrido com o aumento da violência nas principais cidades, e a utilização das Forças Armadas para combater o aumento de crimes diversos, cometidos por facções criminosas, têm sido frequente, como: a ocupação dos complexos do Alemão e da Penha em 2010, a ocupação do Complexo da Maré em 2013, a Operação Carioca em 2017 e, a partir de julho do mesmo ano, a operação de GLO (Garantia da Lei e da Ordem), que culminou com a intervenção federal.

A intervenção federal no Rio de Janeiro foi uma decisão do Presidente da República, com o intuito de diminuir os índices de criminalidade no Estado do Rio de Janeiro e aumentar a sensação de segurança da população. Foi a primeira aplicação do art. 34 da Constituição Federal e instituída por meio do Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.

A intervenção teve como estopim o agravamento do quadro da violência no Rio de Janeiro. O crescimento dos principais indicadores de

criminalidade se acentuou em 2016 e 2017. No início de 2018, anunciava-se como certo o fim do programa das UPPs, e as manchetes sobre tiros, roubos de carga e assassinatos se sucediam. O Carnaval de 2018 representou um momento crítico na narrativa de degradação do contexto de segurança pública carioca. Embora, segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP), as ocorrências criminais no período não tenham excedido as de outros anos, a percepção do público foi bem diferente. (Relatório nº 1 do Observatório da Intervenção)

O interventor federal realizou seu estudo de situação e verificou que o emprego dos meios de inteligência militar disponíveis seria essencial para o cumprimento da missão, contudo não seriam suficientes. Assim, pediu reforço dos meios ao Comando do Exército.

A atividade de inteligência serviu para embasar o processo decisório dos comandantes em todos os níveis. Dessa maneira, a célula do D2 (Chefe da Inteligência do CCj) orientou seu trabalho para que o Comando Conjunto pudesse executar as mais de 240 (duzentas e quarenta)

\* Cel Art (AMAN/1993, EsAO/2001, CCEM/2010 e CPEAEx/2019), exerceu o cargo de Oficial de Inteligência do Comando Conjunto da Intervenção Federal no Rio de Janeiro, em 2018.

operações realizadas durante a Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro.

## Pesquisas de reconhecimento e confiança

A reputação do Exército trouxe para a população a certeza de trabalho sério, dedicado, disciplinado e organizado. Além de todas essas qualidades, há também os valores cultuados pela Força. Em um país onde virtudes são trocadas por vícios, cultivar aspectos que fazem bem ao cidadão torna a Instituição mais admirada e forte.

A fim de confirmar a opinião pública sobre a imagem da Instituição, o Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx) contratou, em 2015, a empresa MK Pesquisa, para planejar, conduzir, executar e tabular dados de uma pesquisa de opinião de âmbito nacional, a fim de identificar o conhecimento e a imagem que a sociedade brasileira possui da Força. O resultado mostrou que 80,1% acreditam que o Exército Brasileiro ainda é uma instituição séria e confiável.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, publicada no sítio da UOL em 24 de junho de 2017, mostrou que as Forças Armadas são a instituição em que a população deposita maior confiança no país. Na pesquisa, 40% da população diz confiar muito nas Forças Armadas e 43% confiam um pouco (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/06/1895770>). Esse nível de confiabilidade foi colocado à prova durante a intervenção federal. Toda vez que a tropa ia para a rua, os índices de confiabilidade poderiam diminuir. Um erro grave poderia até interromper a intervenção.

Desde o início da década de 1990, o Rio de Janeiro vem solicitando o emprego do Exército para reforçar as ações de segurança no estado.

Foram cerca de trinta anos utilizando as forças federais sem nenhum planejamento estratégico efetivo e duradouro no combate à violência urbana.

No campo político, o estado passou por anos de incompetência administrativa e corrupção. Fruto dessa atuação catastrófica, o Rio de Janeiro tem hoje dois ex-governadores presos e mais dois estão aguardando solução de processos na justiça.

No tocante à economia, o estado encontrava-se falido. Durante os dois últimos anos, foi constante o atraso no pagamento dos salários do funcionalismo estadual. A elite ligada ao governador continuou enriquecendo sem se preocupar com a gestão do estado. A corrupção foi desmascarada, porém o resultado, como não poderia deixar de ser, trouxe reflexos altamente negativos. O regime de recuperação fiscal iniciado em 2018 ainda não deu resultados, e o crescimento da economia ainda é pouco perceptível.

Quanto aos órgãos de segurança pública, estes encontravam-se sucateados, com formação técnica deficiente e pouco compromissados com a atividade-fim. Embora o efetivo da polícia militar e polícia civil seja em torno de 60 mil agentes de segurança, era comum a reclamação por efetivo insuficiente, mesmo em períodos mais tranquilos.

## Furacão de quatro estrelas

Na quinta-feira anterior ao início da intervenção federal, houve uma reunião entre o Presidente da República Michel Temer, o Ministro da Defesa Raul Jungmann, o Ministro do Gabinete de Segurança Institucional general de exército Sérgio Etchegoyen, o Governador do Estado do Rio de Janeiro Pezão. Nessa ocasião, foi articulada a intervenção federal no estado.

A responsabilidade de conduzir essa missão foi dada ao general de exército Walter Souza Braga Netto, que, na oportunidade, era o Comandante Militar do Leste. O general Braga Netto foi pego de surpresa. Ele tomou conhecimento da sua nova função após a reunião, por meio de um telefonema. No dia seguinte, o interventor seguiu para Brasília para participar de uma reunião com o presidente.

A surpresa na missão determinada ao Gen Braga Netto fez os oficiais de carreira oriundos da AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras) componentes do Comando Conjunto e do CML lembrar de um exercício comum das armas da nossa estimada Academia. Era o “Manda Brasa” da infantaria ou o “Furacão” da cavalaria<sup>1</sup>. Dormir Comandante Militar do Leste e acordar, na prática, governador do Estado do Rio de Janeiro para o setor da segurança pública foi uma surpresa para o Gen Braga Netto.

Dez meses seria o tempo que o interventor teria para mostrar o que os militares do CML já sabiam: o comandante iria cumprir a missão. Para os integrantes do CML, em particular os integrantes da seção de inteligência, não seria novidade<sup>2</sup>. O jeito simples e abnegado do general faria toda a diferença na intervenção federal. Considerando os princípios de guerra, o interventor apropriou-se da simplicidade para conduzir seus trabalhos, sempre dando especial atenção à inteligência, pois sabia que o sucesso da missão dependia muito desse recurso.

Para iniciar os trabalhos, o interventor estruturou as ações com um viés administrativo (a cargo do general de divisão Laélío), um estruturante (com o general de divisão Sinotti e, depois, o general de divisão Paulo Roberto), um operacional

com o comandante conjunto (general de divisão Barros) e, concluindo, com o secretário de segurança do Estado do Rio de Janeiro (general de divisão Richard).

Em que pesem as dificuldades para trazer a tranquilidade e a segurança para o Estado do Rio de Janeiro, o general interventor foi hábil o suficiente para conduzir todas as atividades, mantendo o controle das ações, apoiado pela inteligência militar.

## A Estrutura de Inteligência do Comando Conjunto – célula do D2

A célula do D2 (Chefe da Inteligência do Comando Conjunto) foi estruturada com: quatro oficiais superiores, sendo três do Exército e um da Marinha do Brasil; um oficial intermediário da Força Aérea Brasileira; dois sargentos do Exército oriundos da Central de Inteligência do CML; e um suboficial da Marinha especialista em cibernética. Os oficiais superiores revezavam-se como responsáveis pela condução das atividades de inteligência, de tal forma que, para cada região, tinha-se um especialista na área.

Dessa maneira, ao iniciar uma operação, o especialista para aquela comunidade ou atividade produzia os conhecimentos e apresentava o *briefing* de inteligência tanto para o comandante conjunto quanto para a tropa que seria empregada. O oficial intermediário ficou responsável pelo controle/emprego da aeronave remotamente pilotada (ARP), que produzia conhecimentos das localidades determinadas pelo D2 e com a devida autorização do comandante conjunto. Os sargentos ficaram com a incumbência da preparação das ambientações de inteligência, construção e gestão da mapoteca e outras demandas de contrainteligência.

## Confecção da necessidade de inteligência

No GIF<sup>3</sup> (Gabinete da Intervenção Federal) foram estabelecidas, no nível estratégico, as áreas de atuação das operações do Comando Conjunto e dos órgãos de segurança pública (OSP), visando diminuir a ostensividade dos agentes perturbadores da ordem pública (APOP) e aumentar a sensação de segurança da população do Estado do Rio de Janeiro.

No CCj, essas áreas de operações foram tabuladas para estudo e planejamento. Visando facilitar as ações, foram definidos: o oficial de operações, que era o responsável por planejar a manobra, e o oficial de inteligência, que tinha a incumbência de produzir os conhecimentos necessários da área problema.

Dentro da divisão aprovada pelo chefe da Célula de Inteligência, cada oficial superior ficou responsável por um número determinado de operações. Cabia ao responsável levantar os dados necessários para o cumprimento da missão e manter o D-2 informado da consciência situacional.

## Estudo de situação de inteligência

O oficial de inteligência designado produzia um documento chamado *necessidades de inteligência* (NI), que continha: caracterização da área (área de operações, aspectos climáticos e trafegabilidade); aspectos gerais (pontos de observação, pontos de interesse e locais para pouso de aeronaves de asas rotativas); aspectos específicos (dados sobre organizações criminosas); e aspectos especiais (prazos e outros aspectos julgados úteis).

A NI era remetida à Central de Inteligência do CML, após ser assinada por uma das autoridades competentes: Cmt Cj, ChEM Cj ou Ch D2. A partir do recebimento da NI, a Central de Inteligência “lançava as suas capacidades”

(órgãos de inteligência, banco de dados disponível na Central, guerra eletrônica, geointeligência e cibernética) na coleta e busca dos conhecimentos.

Ao final, era produzido o estudo de situação sobre a área de operações, que seria traduzido pelo integrante da célula D2 em forma de apresentação, a ser realizada para os oficiais de inteligência das tropas empregadas e para o comandante conjunto.

## Construção das cartas das áreas de operações

Concomitantemente à construção do Estudo de Situação por parte da Central de Inteligência, a carta de situação produzida pela geointeligência era abastecida de dados de interesse como: facções criminosas presentes nas comunidades a serem trabalhadas e no entorno da região de operações; principais vias de acesso para a tropa e possíveis deslocamentos de APOP; homizio de criminosos; de armamentos, munições e entorpecentes; de bocas de fumo; de contenções físicas (obstáculos); de contenções armadas (traficantes armados); de reunião de criminosos; de festas frequentadas por traficantes; pontos de olheiros; de desmanches de veículos; de esconderijo de cargas roubadas; cemitérios clandestinos; entre outros existentes na área.

As unidades de ensino foram demarcadas como área de atividades proibidas, com máxima restrição de fogos e mínima ocupação no seu entorno. Dessa forma, diminuía-se os riscos para os estudantes e professores nos estabelecimentos de ensino. As clínicas e hospitais eram identificados nas cartas para que não se prejudicasse o atendimento a populares, além de facilitar a evacuação de ambulâncias. Prévio reconhecimento de instalações de OSP era realizado, para que se buscasse apoio em trabalho integrado ou na con-

dução de presos, fruto de cometimento de infração penal comum [em caso de crimes militares, a condução era feita para a Delegacia de Polícia Judiciária Militar (DPJM)].

## A Central de Inteligência

De acordo com o que prescreve o manual EB70-MC-10.302, a Central de Inteligência foi o local onde se analisaram os dados e conhecimentos em apoio às missões ou operações, facilitando a tomada de decisão do interventor federal ou do comandante conjunto.

Inicialmente, montaram-se as instalações (mobiliário, equipamentos e pessoal) da Central em uma sala pertencente à 2ª Seção do CML, valendo-se dos recursos já existentes, com a finalidade de apoiar as operações de GLO contra o crime organizado no Rio de Janeiro, que perduraram de julho de 2017 até o final da intervenção federal.

Naquele período foram detectadas necessidades tanto de material quanto de pessoal, fruto das inúmeras demandas de inteligência em apoio às operações militares, fato que motivou a solicitação de apoio ao Centro de Inteligência do Exército (CIE), principalmente no tocante a pessoal especializado para a função.

## Tarefas executadas pela Central de Inteligência

A Central de Inteligência iniciava seus trabalhos sempre que uma Operação Furacão<sup>3</sup> era desencadeada, funcionando em forma de rodízio, com pelo menos um integrante de cada célula, a fim de atender, com oportunidade, as demandas oriundas do CCj, permanecendo nessa condição até que toda a tropa retraísse do terreno. Entretanto o principal apoio que a central proporcionou se constituiu nos produtos que se seguem:

estudo de situação, carômetro<sup>4</sup>, análise de vínculos e mapas temáticos impressos ou em arquivos com extensão KMZ<sup>5</sup>. Eles eram entregues no período anterior às operações, subsidiando o planejamento e a tomada de decisão dos comandantes nos diversos níveis.

Várias apreciações foram realizadas com o intuito de fornecer conhecimentos para o interventor sobre os delitos que ocorriam no Estado do Rio de Janeiro. Entre as mais importantes, podem-se destacar: ações do narcotráfico e sua influência nas organizações criminosas; alvos prioritários para redução dos recursos do crime organizado; identificação das áreas integradas de segurança pública mais críticas; tráfico de drogas no porto do Rio de Janeiro; ilícitos relativos a aparelhos celulares; furto de cabos telefônicos; roubo e furto de veículos no Rio de Janeiro; ações no âmbito do Plano Nacional de Segurança Pública – fase Rio de Janeiro; possibilidades de atividades ilícitas com o uso do modal aéreo; sistema penitenciário do Estado do Rio de Janeiro e criminalidade organizada; participação de grupos milicianos no processo eleitoral; furto de petróleo/combustível pelo crime organizado; interferência de organizações criminosas ligadas ao tráfico na política do Estado do RJ; comparativo das apreensões de drogas e das destinações para destruição dos entorpecentes no Estado do RJ, no período anterior e durante a intervenção federal; mercado ilegal de cigarro; extinção da Secretaria de Segurança Pública Rio de Janeiro; resultados atingidos pela intervenção federal; e evolução da violência letal no RJ com a intervenção federal.

Além das missões anteriormente relacionadas, a Central de Inteligência foi acionada para atuar durante a paralisação dos caminhoneiros e no processo eleitoral de 2018.

## A companhia e os grupos de operações de inteligência

Para realizar as operações de inteligência, no contexto da intervenção federal, o Comando Conjunto utilizava, como peças de manobra, elementos especializados em inteligência dos Grupos de Inteligência da 1ª DE, da AD/1 e da Companhia de Inteligência do Comando Militar do Leste. O emprego do elemento específico obedecia a uma distribuição física de acordo com a geografia do Rio de Janeiro. Para isso, a área de operações ficou dividida em: região da Vila Militar e Baixada Fluminense; Niterói, São Gonçalo e adjacências; e o restante do Rio de Janeiro.

No tocante à inteligência militar, esses elementos possuíam as melhores técnicas e conhecimentos para a busca do dado negado. Assim, utilizavam de todos os meios disponíveis para “municar” o Comando Conjunto e o interventor federal dos conhecimentos necessários para o cumprimento da missão. Os dados levantados eram passados para o D2 e para o chefe da Central de Inteligência, que aplicavam os procedimentos para a produção do conhecimento. Esse ciclo se repetia tantas vezes quantas fossem necessárias, até se produzir todas as informações indispensáveis ao cumprimento de cada missão.

## O uso da aeronave remotamente pilotada

Durante a fase de GLO e intervenção federal, a aeronave remotamente tripulada (ARP) Hermes RQ-450 da Força Aérea Brasileira foi utilizada como ferramenta complementar nos reconhecimentos de inteligência nos locais ocupados por grupos hostis, nas diversas comunidades do Rio de Janeiro. O ARP foi também empregado no acompanhamento *on-line* das tropas

durante as operações, principalmente na infiltração da tropa, permitindo a antecipação de ações e economia de meios.



Figura 1 – Imagem do ARP na Comunidade da Chatuba. Os pontos assinalados são APOP em fuga

Fonte: CCj

Durante o emprego da aeronave, as informações eram transmitidas via rádio ou *WhatsApp* entre os membros da célula do D2 da Operação Furacão e o OLig do CCj, que controlava a aeronave dentro de seu *shelter*, visando os direcionamentos necessários em busca do objetivo. Após o término da missão, a equipe responsável pela ARP providenciava a gravação dos vídeos nas mídias de DVD e encaminhava ao coordenador da operação com a maior brevidade possível.

## A estrutura de inteligência do Estado

A atividade de inteligência no Rio de Janeiro não se desenvolvia de forma centralizada. Os grandes eventos, nos quais a cidade esteve envolvida, não proporcionaram a centralização dos conhecimentos obtidos pelos meios de inteligência do estado. Desse modo, a SSINTE (Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Estado de Segurança), que tinha a responsabilidade de obter os dados necessários para prover a segurança pública, operava de forma limitada.

Havia uma quantidade razoável de instituições capazes de proporcionar conhecimentos para a SSINTE, como: PMERJ, PCERJ, Secretaria de Administração Penitenciária, Ministério Público Estadual e ISP (Instituto de Segurança Pública). Considerando a capilaridade desses órgãos, era de se imaginar que a segurança pública teria uma inteligência bem amparada.

## Disque-Denúncia

No decorrer de cada operação integrada com os OSP, a Célula de Inteligência recebia e tratava as mensagens provenientes do Disque-Denúncia (DD) da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

Para acelerar os procedimentos adotados no trato da denúncia, foram escalados militares da Célula de Inteligência para acompanhar a chegada das mensagens dos DD. Tão logo o militar recebesse o dado, este era repassado para a célula do D2, que confirmava sua veracidade e informava ao comandante conjunto, se fosse o caso.

Objetivos de interesse, como, por exemplo, local de reunião de APOP e de esconderijo de armas, eram processados e informados ao Cmt Cj, que, por sua vez, acionava o Cmt tático da tropa empregada. Assim, utilizava-se a Tropa de Busca Imediata (TBI). A TBI era uma tropa de valor quase sempre pelotão, podendo ser de companhia, com elementos selecionados para o atendimento rápido e eficaz àquela demanda do DD. Outras necessidades específicas, que poderiam demandar algum ordenamento jurídico, como, por exemplo, mandados de busca e apreensão, eram recebidos e encaminhados aos canais competentes, por intermédio do CML ou do CCj.



Figura 2 – TBI da Bda Inf Pqdt em ação com a PCERJ, após recebimento de DD

Fonte: CCj

## Integração com a PCERJ

O trabalho desenvolvido entre a inteligência da polícia civil e a inteligência militar do Comando Conjunto esteve apoiado nos conhecimentos obtidos nas delegacias de bairro.

No tocante aos órgãos de inteligência, além do contato direto nas delegacias, havia um trabalho de campo utilizando equipamento e pessoal especializado, tanto militar como civil, produzindo conhecimento em situações delicadas, em que o sigilo das ações tornava-se necessário, atuando, às vezes, com risco máximo para as equipes e para o sigilo da missão.

Antes do desencadeamento de cada Operação Furacão, havia uma reunião para acertar detalhes e compartilhar conhecimentos que fossem essenciais para o cumprimento da missão. A participação nesse *briefing* era limitada ao pessoal necessário para o cumprimento da missão. O controle do acesso era fundamental para evitar o vazamento das ações antes do seu cumprimento.

## Integração com a PMERJ

Da mesma forma que na polícia civil, o relacionamento com a polícia militar já era bastante

estreito, por conta de outras operações, como a ocupação do Complexo do Alemão e da Maré. Além disso, a divisão do Estado do Rio de Janeiro em Área Integrada de Segurança Pública (AISP)<sup>7</sup> criou a possibilidade para os batalhões da polícia estarem sempre em contato com pelo menos uma unidade militar do Exército bem antes das ações de GLO.

O contato direto das equipes de inteligência dos batalhões da PM com os chefes de inteligência das OM do Exército permitia a troca de conhecimentos, como dados sobre a incorporação dos recrutas até detalhes específicos sobre organizações criminosas no entorno das vilas militares da guarnição carioca.



Figura 3 – Integração PMERJ com as tropas do CCj  
Fonte: CCj

Durante a intervenção, as ações de emprego da tropa foram providas de inteligência suficiente para o desencadeamento das ações. Havia troca de conhecimentos e os planejamentos de atividades não rotineiras, com sua devida antecedência, facilitaram as operações de busca dos dados negados.

## Mandados de busca e apreensão por região específica

Foram amplamente utilizados na região do Salgueiro, em São Gonçalo – RJ. A equipe do D2

realizava o estudo de inteligência, acompanhando a movimentação dos marginais dentro da comunidade. Seguindo o princípio da oportunidade, solicitava apoio de um encarregado de Inquérito Policial Militar, já instaurado na localidade, para apurar algum indício de crime militar na região.

O D2 confeccionava a requisição do mandado de busca e apreensão, utilizando o conhecimento de inteligência obtido com o monitoramento da área. O encarregado do IPM assinava a requisição confeccionada e protocolava com sigilo de justiça na Justiça Militar da União. Após a distribuição do pedido, os anexos eram entregues pessoalmente para o juiz sorteado. Nesse momento, ocorria o despacho pessoal do oficial de inteligência do Comando Conjunto com o juiz para explicar a necessidade da expedição do mandado.

## Integração com o MPU/MPM

A integração com o Ministério Público da União/Ministério Público Militar (MPU/MPM) foi iniciada diretamente pelo comandante conjunto para manter a tropa respaldada em suas ações. Para que isso funcionasse, foi dada ampla liberdade para que esses órgãos acompanhassem todas as atividades realizadas pelo Comando Conjunto. Isso se mostrou uma medida de contra-inteligência<sup>7</sup> eficaz para resguardar a tropa e proteger as Forças Armadas em demandas futuras. Fruto desse bom relacionamento, foram instaurados em torno de sessenta IPM, todos com a concordância do MPM, que passou a destacar um procurador militar para assessorar o Comando Conjunto em como proceder em todos os autos relacionados com as ações do Comando Conjunto. Para a inteligência militar, esse bom relacionamento permitiu apoiar os mandados de busca e apreensão em consonância com os IPM instaurados, sempre seguindo as orientações do MPM.

## Ações de inteligência e suas contribuições para a intervenção federal

As ações de inteligência do Comando Conjunto foram essenciais para o resultado final da intervenção federal. Não havia “receita” ou um *modus operandi* definido. As equipes de inteligência militar aprenderam a lidar com a necessidade do que conhecer no dia a dia.

Saber se infiltrar no ambiente operacional das comunidades tornou-se essencial para o operador de inteligência militar, bem como executar ações de inteligência em consonância com as regras do direito, sem perder o apoio da população, mesmo nas situações críticas. Assim, a inteligência militar superou os óbices para apoiar a intervenção federal na produção de conhecimentos imediatos e de longo prazo, que resultou na melhoria dos índices de segurança pública.

Várias foram as ações de inteligência realizadas pelas equipes que trabalharam em proveito do Comando Conjunto na produção do conhecimento para as Operações Furacão. Não havia uma regra de como obter o dado negado, pois, para cada tipo de missão, os elementos essenciais de inteligência eram distintos. Dessa maneira, a equipe de inteligência tinha que se adaptar à realidade daquela missão específica.



Figura 4 – Revista de pessoal – ampliava o banco de dados de inteligência

Fonte: CCj

## Ação comunitária

A ação comunitária foi uma ação planejada pelo GIF com a execução realizada pelo Comando Conjunto, unidades de logística da 1ª Região Militar, instituições públicas estaduais e municipais.

Foi uma ação estratégica que tinha por finalidade levar o Estado para dentro das comunidades, uma vez que, em todas as Operações Furacão, só havia a participação das forças de segurança. Os moradores das comunidades sempre reclamavam que não adiantava apenas repressão. Havia a necessidade de ações sociais, que resultassem em bem-estar para a população.

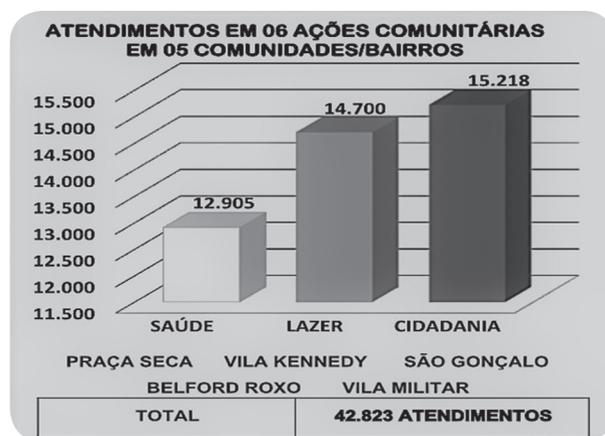


Gráfico 1 – Ações Comunitárias

Fonte: CCj

A escolha das comunidades obedecia a critérios estratégicos para a operação. Como a intervenção estava limitada no tempo, havia a necessidade de atuar em localidades onde houvesse apelo social e interesse para o cumprimento de outras missões. Dessa maneira, as comunidades da Vila Vintém, Salgueiro/Jardim Catarina, Barão (Complexo de Jacarepaguá) e Belford Roxo foram as selecionadas para receber a ação comunitária. Assim, as equipes de inteligência militar

aproveitaram a proximidade e disponibilidade de ter acesso ao público e ao terreno para levantar dados relativos a organizações criminosas, lideranças do tráfico e ações delituosas diversas.

Os meios de busca, sejam humanos ou eletrônicos, foram disponibilizados e operaram na região da ação comunitária de forma dissimulada e, desse modo, a inteligência militar conseguiu dados relevantes que possibilitaram a ação do Comando Conjunto durante o prosseguimento das ações.

## Diminuição dos índices de roubo de carga

Considerado um dos delitos que mais influenciaram a adoção da intervenção federal, o roubo de cargas criou uma completa aversão de empresas e caminhoneiros que trabalhavam no transporte de cargas no Rio de Janeiro. Para reduzir esses índices, várias ações foram desencadeadas pela inteligência militar, em coordenação com os OSP.

Inicialmente foram feitas reuniões com algumas empresas de transporte de carga para identificar as vulnerabilidades durante o percurso de entrega das cargas. Foi solicitado a elas que aumentassem as medidas de contrainteligência nos trajetos de distribuição da carga e, caso houvesse mudança do *modus operandi* das facções criminosas, fosse informado com urgência.

Em seguida, foram identificadas as principais vias onde a incidência do roubo de cargas era mais intensa. De uma forma geral, a mancha criminal ficou concentrada na BR116 (Via Dutra), BR 101 (nas proximidades da comunidade do Salgueiro e Jardim Catarina), BR 040 e Avenida Brasil.



Gráfico 2 – Indicadores de roubos de cargas  
Fonte: DRFC/CCj

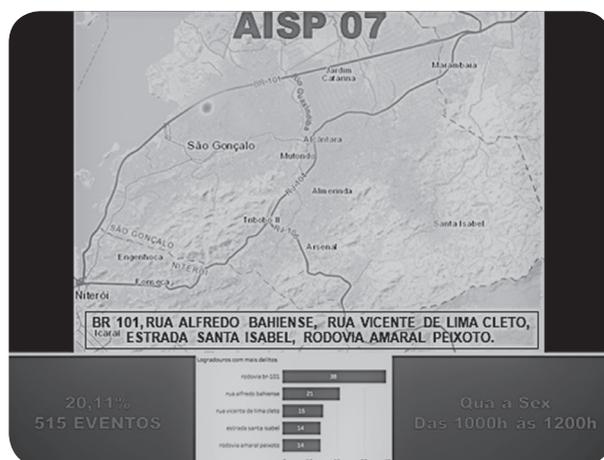


Figura 5 – Exemplo de mancha criminal  
Fonte: CCj

Analisando-se os locais e períodos do dia em que os crimes eram perpetrados, foi verificado que cerca de 80% (oitenta por cento) dos roubos ocorreram na área metropolitana do Rio, durante os dias úteis da semana (segunda a sexta), no período diurno, ou seja, entre as 6 (seis) e 18 (dezoito) horas. Menos de 10% (dez por cento) das ocorrências foram no período noturno, fora da região metropolitana, ou nos finais de semana.

Para atender a essas demandas, foram desencadeadas a Operação Dínamo, voltada especificamente para o roubo de cargas e carros.



Gráfico 3 – Operação Dínamo

Fonte: CCj

O prosseguimento das ações permitiu observar que as operações desencadeadas causaram modificações na rotina do roubo de carga. As organizações criminosas (ORCRIM), contudo, não abandonaram esse tipo de delito. Eles se adaptaram à nova realidade e mudaram os locais de roubo. Deixaram as principais vias e foram para o local de entrega das cargas, no destino final. Dessa maneira, o roubo de carga seguiu para os bairros, em vez de ficar nas principais rodovias.

A mancha criminal informada pela inteligência mostrou que os crimes a cavaleiro dos principais eixos de entrada da cidade do Rio de Janeiro sofreram redução, com destaque para os roubos de carga. Houve, no entanto, a migração para os bairros, dificultando o controle e ampliando as áreas de atuação da Operação Dínamo.

## Diminuição dos índices de roubo de carros

A dinâmica do roubo/furto de carros era diferente da de carga. No caso dos carros, de uma forma geral, não obedecia a uma regra clara. Em princípio, ele acontecia nos bairros, fora do horário de pico do trânsito, em situação de ausência de policiamento. Para o criminoso, o elemento surpresa estava sempre presente. Dessa maneira, se ele percebesse próxima uma viatura da polícia, abandonava o objetivo e esperava uma melhor oportunidade.

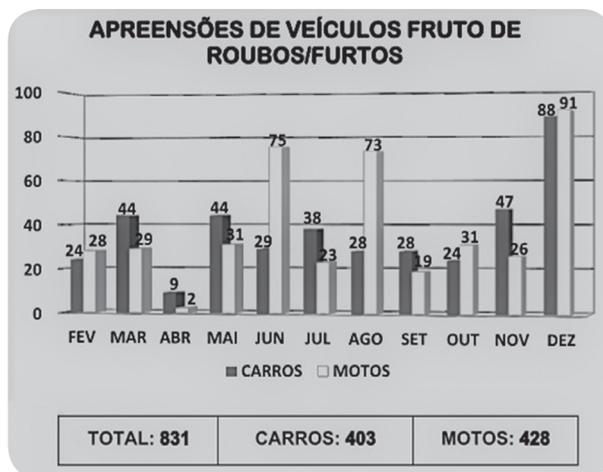


Gráfico 4 – Apreensões de veículos fruto de roubos e furtos

Fonte: CCj

A inteligência militar analisou os locais onde havia roubos de carro. Foram observadas as principais regiões onde esse delito ocorria. A conclusão foi que o roubo atendia a duas situações específicas. A primeira hipótese era para a reposição de carros para as facções. Nesse caso, seguia a rotina do roubo/furto isolado. A segunda hipótese era o roubo nas principais estradas e rodovias como apoio a outros delitos. Nesse caso, o emprego da violência era maior, às vezes seguido de latrocínio, ou mesmo “balas perdidas”. O veículo era abandonado após a execução da tarefa.

Para o criminoso, não era interessante ficar com um carro roubado que tivesse participação em outros crimes, pois facilitaria a conexão entre esses delitos, ligando-os com as facções, localidades etc., tornando a pena, em caso de condenação, muito maior.

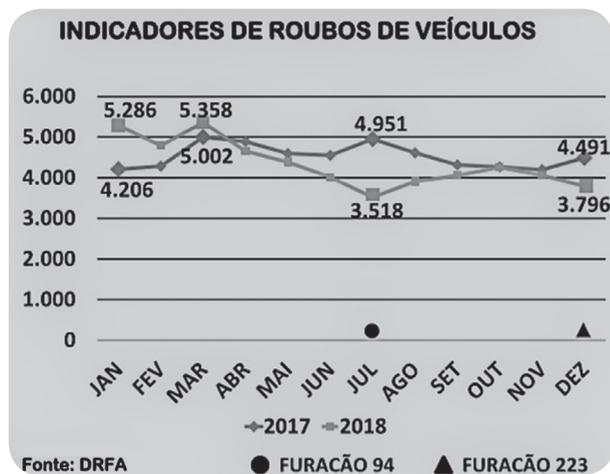


Gráfico 5 – Indicadores de roubos de veículo  
Fonte: DRFA / CCj

## Diminuição de mortes de agentes de segurança pública

Antes da intervenção federal, de acordo com o Cel PM Wolney Dias Ferreira, durante o período em que ele esteve comandando a PMERJ, a cada três dias ele perdia um policial militar, morto no estado.

Em relação a isso, várias questões foram identificadas: a polícia militar não estava realizando adestramento regular, possuía uma grande deficiência na qualidade e quantidade de armamento, não utilizava coletes balísticos apropriados, grande parte das viaturas estavam sucateadas e não possuía munição suficiente para atender à demanda da Instituição. Antes mesmo da intervenção federal, o Comando Militar do Leste já havia doado munição para a polícia nos anos de 2017 e 2018.

Todos os fatores acima contribuíram significativamente para o incremento de mortes de policiais nos últimos anos. Para que houvesse uma redução nesses índices, seria necessário atuar na contra-inteligência da polícia militar, reequipar a tropa e realizar o adestramento militar dos batalhões.

No tocante a policiais militares integrantes de UPP, buscou-se ampliar as atividades de instrução, com ênfase na prática do tiro, tendo em vista que a formação desses militares estava voltada para um “perfil de polícia” que não atendia às necessidades do dia a dia em comunidades com alta influência do crime organizado. O resultado apareceu rápido. Houve uma redução considerável de mortes de agentes de segurança pública. Em particular, agentes em serviço.

## Aumento da sensação de segurança

O aumento da sensação de segurança foi buscado em todas as atividades do Comando Conjunto. Trazer segurança para a vida do carioca era um dos principais objetivos da intervenção federal.



Figura 6 – Patrulhamento das praias da Zona Sul  
Fonte: CCj

Em todo o Rio de Janeiro, foi ampliada a presença das forças de segurança. Assim, as ações de revista de pessoal, de caminhões, de carros e motos foram intensificadas, para coibir ao máximo a

prática de delitos. Coube à inteligência militar definir os locais de atuação de acordo com a mancha criminal, priorizando as avenidas, estradas e localidades onde havia maior incidência de crimes.

## Ações de contrainteligência do Comando Conjunto

No Comando Conjunto, a atividade de contrainteligência foi desencadeada de acordo com os interesses do interventor federal e do comandante conjunto, sempre priorizando a segurança da tropa, do armamento e viaturas, com o objetivo de preservar a ordem pública, a integridade da população e garantir o funcionamento regular das instituições.

Embora as ações do Comando Conjunto envolvessem grandes riscos, tendo em vista o emprego de armamento letal por parte dos militares, a determinação do comandante conjunto foi de “risco zero” para a população. Dessa maneira, todos trabalharam evitando qualquer atividade (em particular disparo de arma de fogo) que colocasse em risco a vida de civis.

O estabelecimento de orientações voltadas para o respeito à população e a correta compreensão e execução deram segurança aos moradores, constituindo-se em um fator positivo para a aceitação e o respeito à atuação do Comando Conjunto.

Junto à população civil, as principais ações de contrainteligência foram executadas para: assegurar o funcionamento dos serviços essenciais sob a responsabilidade do interventor federal; controlar vias de circulação; proteger as instalações e infraestruturas críticas; garantir a segurança de autoridades e de comboios; garantir o direito de ir e vir da população; prestar apoio aos OSP ou outras agências; e realizar a busca e apreensão de armas, explosivos etc.

Para o público interno, as atividades de contrainteligência foram conduzidas em todos os níveis. Cada militar empregado tinha importante parcela de responsabilidade na esfera de suas atribuições, principalmente no que diz respeito à segurança e integridade dos demais militares participantes e da população residente na área de atuação da operação.

A adoção de condutas pontuais e individuais inadequadas por parte de qualquer integrante da tropa, durante as operações, além de denegrir a imagem da instituição, gerava questionamentos aos comandos enquadrantes, proporcionava a veiculação de notícias desfavoráveis por parte da mídia e podia causar responsabilização administrativa e criminal ao militar envolvido.

## Conclusão

A intervenção federal, restrita à segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, foi concluída em 31 de dezembro de 2018. Em pouco mais de dez meses, o interventor teve total poder para conduzir a segurança pública fluminense, orientando e comandando os órgãos de segurança pública do estado.

Não há dúvidas de que o comando das ações em todos os níveis contou com bons chefes militares, mas, em particular, as lideranças desenvolvidas pelo interventor federal, pelo comandante conjunto, pelo secretário de segurança e pelo chefe do gabinete do GIF facilitaram a execução dos trabalhos de inteligência, em particular no tocante à liberdade que os órgãos e agências tiveram para desenvolver seus trabalhos.

Em síntese, não havia, antes da intervenção federal, um planejamento para que os OSP fossem empregados obedecendo a um padrão mínimo de qualidade. A ausência de adestramentos e a escassez de meios, aliadas à deficiência

na formação dos policiais, em particular aos que compunham as guarnições das UPP, desestimularam as instituições de segurança, que realizavam suas atividades sem obter êxito.

A atividade de inteligência foi uma das ferramentas disponíveis para que a intervenção federal desse resultado. Sem ela, a probabilidade de êxito seria muito pequena, aumentando a possibilidade do insucesso em todas as frentes. Ao analisar os resultados da intervenção, baseado apenas em dados tangíveis ao término do ano de 2018, verificou-se que quase todos os índices de violência foram diminuídos.

Um índice bastante importante, que necessitava ser diminuído, pois abalava o moral da

tropa da PMERJ, foi a quantidade de policiais militares mortos durante o ano. De acordo com o controle do Comando Conjunto, esse índice caiu cerca de 43%, quando comparado com os anos de 2017/2018.

Em todas as rotinas do Comando Conjunto, a atividade de inteligência teve prioridade. Assim, a missão foi cumprida e, nos dez meses de emprego das Forças Armadas no cumprimento da intervenção, não houve nenhum civil que tenha sido morto por dano colateral. O Comando Conjunto realizou suas missões baseadas na inteligência militar e o resultado não poderia ser diferente. Houve aumento na sensação de segurança e diminuição nos índices de violência. 

---

## Referências

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Gabinete de Intervenção Federal. **Diretriz de Planejamento da Intervenção Federal na Área de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ, 2018.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Gabinete de Intervenção Federal. **Plano Estratégico da Intervenção Federal na Área de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (2ª Edição)**. Rio de Janeiro, RJ, 2018.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Gabinete de Intervenção Federal. **Plano de Preparação da Transição Administrativa e Operacional na Área de Segurança Pública do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ, 2018.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Gabinete de Intervenção Federal. **Plano de Gestão de Riscos**. Rio de Janeiro, RJ, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Decreto Presidencial nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018. **Decreta Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública**. Brasília, DF, 2018.

DALLA COSTA, J. M. P.; NEVES, L. P. “Prevenção de conflitos – Construção de Mecanismos de Segurança Regionais”. Em: BRIGAGÃO, C. e MELLO, V. de C. **Diplomacia Cidadã**. Rio de Janeiro: Gramma, 2006, pp. 29-46.

SOARES, Luiz Eduardo. **A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas.** Estudos Avançados 21 (61), 2007.

Relatório nº 1 do Observatório da Intervenção, à deriva sem programa, sem resultado, 16 abr 2018.

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/06/1895770->. Acesso em: 4 abr 2019.

---

## Notas

- <sup>1</sup> Manda Brasa / Furacão da Cavalaria – Exercício surpresa de adestramento em patrulhas realizado por cadetes da AMAN e alunos da ESA. É uma atividade inopinada na qual os cadetes recebem uma missão de patrulha para planejar e executar.
- <sup>2</sup> Gabinete de Intervenção Federal – Estrutura planejada pelo interventor federal com a finalidade de planejar o futuro da Segurança Pública do Rio de Janeiro.
- <sup>3</sup> Operação Furacão – Nome dado às operações do Comando Conjunto desencadeadas no Rio de Janeiro, durante o período de GLO e intervenção federal. Ao término da intervenção, o Comando Conjunto já havia cumprido mais de 240 Operações Furacão.
- <sup>4</sup> Carômetro – relação de fotos e características físicas de agentes perturbadores da ordem pública.
- <sup>5</sup> KMZ – é um arquivo do Google Earth, daí sua extensão KMZ.
- <sup>6</sup> Área de segurança integrada – foram criadas por meio da Resolução SSP nº 263, de 27 de julho de 1999, como parte de uma política de segurança pública que tinha por objetivo estreitar a ligação entre as polícias civil e militar, bem como destas com as comunidades abrangidas pelas AISP por intermédio da gestão participativa na identificação e resolução dos problemas locais de segurança pública. Nesse sentido, cada AISP foi estruturada com base nas áreas geográficas de atuação das polícias civil e militar ([www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=38](http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=38)).
- <sup>7</sup> Contrainteligência – De acordo com o manual EB 70-MC-10.307, a atividade de contrainteligência tem por finalidade: impedir que uma força inimiga, real ou potencial, adquira conhecimentos sobre nossa ordem de batalha, situação em material, pessoal, planos, vulnerabilidades e possibilidades; proporcionar liberdade de ação para o Comando; contribuir para a obtenção da surpresa; impedir ou limitar as ações que possibilitem a força inimiga de obter a surpresa; impedir ou neutralizar as ações hostis que possam afetar o potencial de nossas forças.